



RELATÓRIO ANUAL

2017

CONSELHOS E DIRETORIA SICOOB SP

Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo- Sicoob São Paulo
Avenida Costábile Romano, 1271 - Ribeirão Preto/SP

Registros Legais

Banco Central do Brasil: Autorização de Funcionamento - Processo nº 7767893/89

CNPJ/MF: 63.917.579/0001-71

Jucesp: 354.000.1859-3

Área de Atuação

Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio de Janeiro
e nas áreas de atuação de suas cooperativas singulares

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente do Conselho de Administração

Diretor Presidente: Henrique Castilhano Vilares

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Diretor Operacional: Ismael Perina Júnior

Secretário do Conselho de Administração

Diretor Administrativo: Marcelo Martins

CONSELHEIROS VOGAIS

Antonio Carlos de Mello

Oswaldo Kunio Matsuda

Sonivaldo Grunzweig Pinto

CONSELHO FISCAL

Conselheiros Efetivos:

Ednéia Aparecida Vieira Brentini de Almeida

Jacob Tosello Júnior

Oswaldo Pereira Caproni

Conselheiros Suplentes:

João Carlos Gonçalves Bibbo

José Maria Maschietto

Mauro Frazilli

EXECUTIVOS

Superintendência: Rodrigo Matheus Silva de Moraes

Gerência Geral: Pedro Sérgio do Carmo

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Um ano muito difícil foi 2017.

As incertezas da economia brasileira provocando inadimplência e provisionamento em operações de crédito e a acentuada queda na taxa Selic diminuíram em muito a rentabilidade de nossas cooperativas de crédito.

Ciente de seu papel, a Central Sicoob SP manteve seu papel de capacitação, realizando 64 cursos com 1763 participações, recebendo importante apoio da Universidade Sicoob e do SESCOOP SP.

Nas finanças, chegamos ao número de R\$ 242.292.000,00 de Patrimônio Líquido, com sobras no valor de R\$ 4.115.000,00.

Cumprindo nosso papel de supervisão e acompanhamento das filiadas, adequamos nossa auditoria ao escopo da EAC e a resolução 4.454/15 e Circular 3799/16, atendendo por completo as demandas do Banco Central do Brasil.

A grande novidade de 2017 foi o incremento da área comercial na venda de produtos, com várias atividades de campo com nossas filiadas e campanhas promocionais acompanhadas de patrocínios a eventos comerciais e esportivos.

Agradecemos:

As cooperativas filiadas pelo apoio e a disposição para mudanças em cenário tão adverso.

A nossos valiosos funcionários pela dedicação e o esforço em se integrar cada vez mais as cooperativas, num relacionamento cordial e salutar.

A Confederação Sicoob e ao Bancoob pelo apoio e a presteza que nos premiaram em mais um exercício.

A constante mudança e a rápida quebra de paradigmas no mercado financeiro vem provocando a uma procura ansiosa por novas fontes de receita e diminuição de despesas no cooperativismo de crédito brasileiro. Estamos prontos para o desafio pois temos as melhores ferramentas, bons produtos e o melhor time.

Avante Sicoob SP!

Henrique Castilhano Vilares
Presidente





SICOOBSP



DESTAQUES 2017

MELHORIA CONTÍNUA DA EFICIÊNCIA

- Centralização de Controles Internos nas Cooperativas – Sicoob Credimota, Sicoob Cecres e Sicoob Credlíder;
- Centralização Contábil nas Cooperativas – Sicoob Credimota, Sicoob Cecres e Sicoob Credlíder;
- Centralização Folha de Pagamento – Sicoob Credlíder e Sicoob Credimota;
- PGD – Programa de Gestão de Desempenho;
- Programa de Educação Executiva- 2017;
- Programa de Educação Financeira em Parceria com a Confebras – 2017;
- Consultora Sipag para as Cooperativas;
- Integração dos Negócios ao Marketing;
- Planejamento de Comunicação Contemplando Mídias e Patrocínios Esportivos – Vôlei Ribeirão e Botafogo Futebol Clube;
- Participação Efetiva em Treinamentos, Feiras e Grandes Eventos das Cooperativas;
- Melhoria de Processos internos – uso de nobreaks e impressoras digitais.

257 MIL
COOPERADOS



257
PONTOS DE
ATENDIMENTO



SISTEMA SICOOB
39° LUGAR

NO RANKING DA REVISTA EXAME
ENTRE AS MELHORES E MAIORES EMPRESAS

Ranking Valor 1000 -
Jornal Valor Econômico

BANCOOB
16° entre os
maiores bancos
do Brasil



GRANDES NÚMEROS SICOOB SP



NÚMEROS DO SICOOB SP

ATIVOS (em milhares de reais)



CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA (em milhares de reais)



RECURSOS TRANSITADOS SPB (entradas | em milhares de reais)



RECURSOS TRANSITADOS SPB (saídas | em milhares de reais)



NÚMEROS DO SICOOB SP

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)



CAPITAL SOCIAL (em milhares de reais)



SOBRAS (antes das destinações legais e estatutárias - em milhares de reais)



SOBRAS (líquidas à disposição da AGO - em milhares de reais)

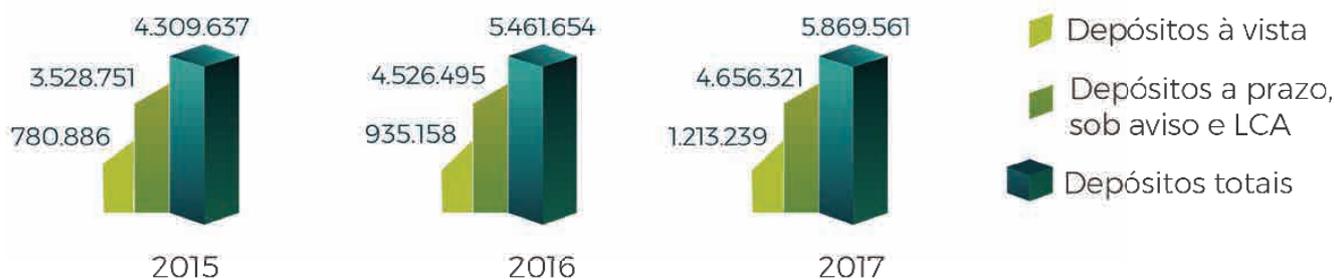


NÚMEROS DAS SINGULARES

ATIVOS (em milhares de reais)



DEPÓSITOS (em milhares de reais)



POUPANÇA (em milhares de reais)



PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em milhares de reais)



NÚMEROS DAS SINGULARES

CAPITAL SOCIAL
(em milhares de reais)



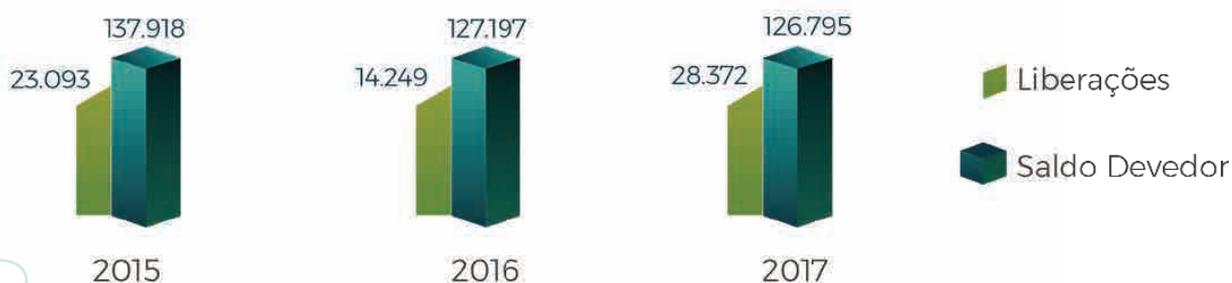
SOBRAS
(em milhares de reais)



OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Saldo Devedor
(em milhares de reais)



OPERAÇÕES DE CRÉDITO - BNDES
(em milhares de reais)



NÚMEROS DAS SINGULARES

OPERAÇÕES DE CRÉDITO - PROCAPCRED
(em milhares de reais)



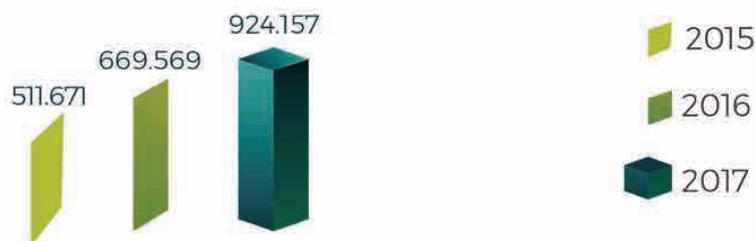
CRÉDITO CONSIGNADO - Saldo da carteira
(em milhares de reais)



CARTÕES DE CRÉDITO VÁLIDOS
(quantidade)

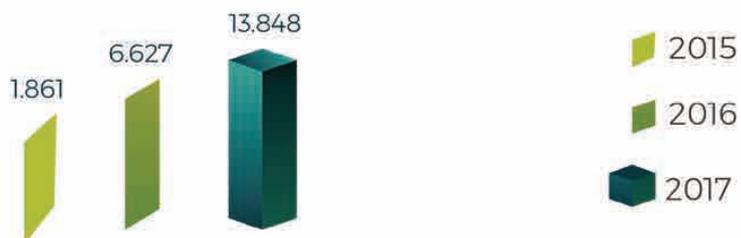


(Valor das compras em milhares de reais)

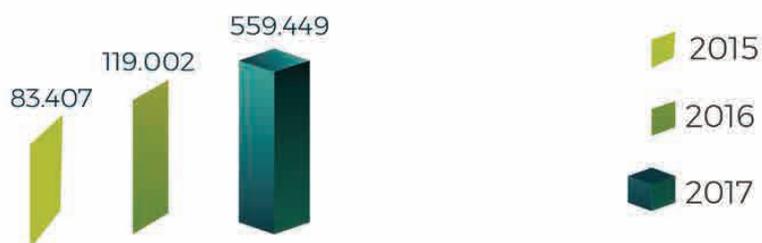


NÚMEROS DAS SINGULARES

**SIPAG - Estabelecimentos ativos
(quantidade)**



**SICOOB CONSÓRCIOS
(vendas em milhares de reais)**



**SICOOB PREVI - Participantes ativos
(quantidade)**





***DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS***

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante			
Disponibilidades		63	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	4.179.201	4.205.001
Títulos e valores mobiliários	5	116.398	182.282
Outros créditos	6	241	504
Outros valores e bens	7	-	6
		<u>4.295.903</u>	<u>4.387.797</u>
Realizável a longo prazo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	210	105.892
Títulos e valores mobiliários	5	175.799	118.626
Outros créditos	6	7.300	3.987
Outros valores e bens	7	1.517	1.517
		<u>184.826</u>	<u>230.022</u>
Permanente			
Investimentos	8	177.362	157.103
Imobilizado de uso	9	2.621	2.545
Intangível	10	6	10
		<u>179.989</u>	<u>159.658</u>
Total do ativo		<u><u>4.660.718</u></u>	<u><u>4.777.477</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2017	2016
Circulante			
Depósitos a prazo	11	4.258.430	4.192.434
Relações interfinanceiras	12	141.378	145.404
Obrigações sociais e estatutárias	13	5.129	5.885
Obrigações fiscais e previdenciárias	13	160	158
Outras obrigações	13	436	367
		<u>4.405.532</u>	<u>4.344.248</u>
Exigível a longo prazo			
Depósitos a prazo	11	210	178.570
Obrigações sociais e estatutárias	13	595	793
Obrigações fiscais e previdenciárias	13	12.089	11.907
		<u>12.894</u>	<u>191.270</u>
Total do Passivo		<u>4.418.426</u>	<u>4.535.518</u>
Patrimônio líquido	14		
Capital social		198.695	195.816
Reserva legal		17.228	16.199
Reserva de contingência		22.254	20.882
Sobras acumuladas		4.115	9.062
		<u>242.292</u>	<u>241.959</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>4.660.718</u>	<u>4.777.477</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS

Em milhares de reais

	Nota	Segundo Semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2017	2017	2016
Ingressos de intermediação financeira				
Operações de crédito		52	52	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez		194.748	427.632	512.215
Títulos e valores mobiliários		13.372	30.311	37.209
		208.172	457.995	549.428
Dispêndios de intermediação financeira				
Operações de captação no mercado		(201.265)	(444.174)	(526.672)
		6.907	13.821	22.756
Outros ingressos (dispêndios) operacionais				
Dispêndios com pessoal		(2.055)	(3.976)	(4.130)
Dispêndios administrativos	15	(1.476)	(2.963)	(2.530)
Dispêndios de depreciação e amortização		(118)	(224)	(241)
Resultado de participação societária	8	7.511	17.593	15.257
Outros ingressos operacionais	16	599	3.521	6.089
Outros dispêndios operacionais (incluindo juros sobre capital próprio)	17	(18.302)	(20.913)	(22.098)
		(13.841)	(6.962)	(7.653)
Resultado operacional		(6.934)	6.859	15.103
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas		-	-	6
Sobras/Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(6.934)	6.859	15.109
Imposto de renda e contribuição social sobre atos não cooperativos		-	-	(2)
Sobras/Lucro Líquido do semestre/exercício antes da reversão dos juros sobre o capital		(6.934)	6.859	15.107
Juros sobre o capital		15.772	15.772	15.093
Sobras do semestre/exercício		8.838	22.631	30.200

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de reais

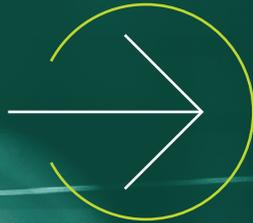
	Nota	Capital social					Total
		Capital integralizado	JCP a integralizar	Reserva legal	Reserva de contingência	Sobras acumuladas	
Em 1º de janeiro de 2016		177.387	13.816	13.934	17.861	9.574	232.572
Deliberações da assembleia geral ordinária							
Distribuição de sobras	14.3					(9.574)	(9.574)
Integralização de juros sobre o capital próprio	14.3	13.816	(13.816)				
Integralização de capital	14.1	4.613					4.613
Sobras do exercício						30.200	30.200
Juros sobre o capital pago	14.2					(15.093)	(15.093)
Destinações estatutárias das sobras	14.2						
Reserva legal (15%)				2.265		(2.265)	
Reserva de contingência (20%)					3.021	(3.021)	
FATES (5%)						(755)	(755)
FATES - lucro de operações com não associados						(4)	(4)
Em 31 de dezembro de 2016		195.816	-	16.199	20.882	9.062	241.959
Deliberações da assembleia geral ordinária							
Distribuição de sobras	14.3					(9.062)	(9.062)
Integralização de capital	14.1	2.879					2.879
Sobras do exercício						22.631	22.631
Juros sobre o capital pagos	14.2					(15.772)	(15.772)
Destinações estatutárias das sobras	14.2						
Reserva legal (15%)				1.029		(1.029)	
Reserva de contingência (20%)					1.372	(1.372)	
FATES (5%)						(343)	(343)
Em 31 de dezembro de 2017		198.695	-	17.228	22.254	4.115	242.292
Em 30 de junho de 2017		197.016		16.199	20.882	13.793	247.890
Integralização de capital	14.1	1.679					1.679
Sobras do semestre						8.838	8.838
Juros sobre o capital pagos	14.2					(15.772)	(15.772)
Destinações estatutárias das sobras	14.2						
Reserva legal (15%)				1.029		(1.029)	
Reserva de contingência (20%)					1.372	(1.372)	
FATES (5%)						(343)	(343)
Em 31 de dezembro de 2017		198.695	-	17.228	22.254	4.115	242.292

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em milhares de reais

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Sobras do semestre/exercício	8.838	22.631	30.200
Ajustes			
Reversão de provisão operacional e para contingências	(200)	(200)	-
Depreciação e amortização	118	224	241
Resultado de participação societária	(7.511)	(17.593)	(15.257)
Sobras do semestre/exercício ajustadas	1.245	5.062	15.184
Variações nos ativos e passivos			
Redução em aplicações financeiras de liquidez	409.691	915.682	11.481
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários	31.260	(7.126)	(59.647)
(Aumento) em outros ativos	(3.184)	(3.043)	(1.126)
Aumento (redução) de depósitos	(192.557)	(112.364)	1.253.406
Redução das relações interfinanceiras	(25.168)	(4.026)	(59.334)
Redução de outras obrigações	(316)	(845)	(153)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	220.970	793.339	1.159.811
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimentos	-	(17.915)	(24.572)
Dividendos recebidos	-	15.249	11.491
Aquisição de imobilizado de uso	(53)	(296)	(94)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(53)	(2.962)	(13.175)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital social	1.679	2.879	4.613
Distribuição de sobras	-	(9.062)	(9.574)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(15.772)	(15.772)	(15.093)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(14.093)	(21.955)	(20.054)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	206.824	768.422	1.126.582
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	3.721.468	3.159.870	2.033.288
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	3.928.292	3.928.292	3.159.870

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO (“Cooperativa”) é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum, e em maior escala, dos serviços econômicos e assistenciais de interesse de suas associadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução dos seus objetivos.

Sediada em Ribeirão Preto – SP, sua área de atuação abrange todo o Estado de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro e ao território de suas filiais.

Tem sua constituição e o funcionamento regulamentado pela Resolução n° 4.434/15 do Conselho Monetário Nacional.

Está integrada à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação e é uma das acionistas majoritárias do Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob, tendo controle compartilhado sobre o mesmo (Nota 18).

A Resolução CMN n° 4.151 de 30 de outubro de 2012 e a Circular n° 3.669 de 2 de outubro de 2013, requerem a apresentação de demonstrações financeiras combinadas para as cooperativas centrais de crédito a partir de junho de 2013, caso estas optem pela divulgação de tais informações. As demonstrações financeiras combinadas da cooperativa central de crédito serão apresentadas em conjunto com as demonstrações combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB divulgadas e publicadas por intermédio do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do cooperativismo n° 5.764/71 e normas e instruções do BACEN e Conselho Monetário Nacional – CMN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de janeiro de 2018.

2.2 Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários livres, aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários

livres, de curto prazo e alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento. As aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários são avaliadas pelo custo ou valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (Nota 3).

2.2.2 Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

Registrados pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para perdas ou ajustes a valor de realização.

A Circular BACEN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

2.2.3 Operações de Crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000, que determina a classificação das operações por nível de risco.

2.2.4 Investimentos

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Cooperativa tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Cooperativa nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração das sobras e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Cooperativa. Quando a participação da Cooperativa nas perdas de uma controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Cooperativa não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da controlada em conjunto. Os demais investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.

2.2.5 Imobilizado de uso

Edificações, instalações, móveis e equipamentos de uso, veículos e sistemas de comunicação, de processamento de dados e segurança, são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em Receitas não operacionais, líquidas.

2.2.6 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A amortização é calculada pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

2.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

2.2.8 Depósitos a prazo e centralização financeira

Os depósitos a prazo e a centralização financeira são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os depósitos a prazo pós-fixados e a centralização financeira são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"). Os depósitos pré-fixados são registrados pelo valor futuro, retificado pela conta de dispêndios a apropriar.

2.2.9 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são os seguintes: (i) os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração da Cooperativa possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Os passivos contingentes decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, além da natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da administração. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Quando não há possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Cooperativa, os mesmos são apresentados como dedução do valor do passivo correspondente.

2.2.10 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

2.2.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 17%. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação. A Cooperativa não teve operações consideradas como atos não cooperativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.2.13 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades	63	4
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	3.877.883	3.093.683
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>50.346</u>	<u>66.183</u>
	<u>3.928.292</u>	<u>3.159.870</u>

Adicionalmente às disponibilidades, as aplicações interfinanceiras de liquidez e os títulos e valores mobiliários são classificados como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário - CDI e em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, efetuadas no Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob (Nota 18.1), com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI e 100% da SELIC respectivamente.

Modalidade	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Letras Financeiras do Tesouro-LFT Compromissada BANCOOB	50.191	71.176
CDI - Pós-fixada	<u>4.129.220</u>	<u>4.239.717</u>
	4.179.411	4.310.893
Ativo circulante	<u>(4.179.201)</u>	<u>(4.205.001)</u>
Realizável a longo prazo	<u>210</u>	<u>105.892</u>

Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações interfinanceiras de liquidez classificadas como Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do exercício de 2019 (2016 - a partir do exercício de 2018), como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	-	100.797
2019	210	2.689
2020	-	2.406
	<u>210</u>	<u>105.892</u>

5 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (a)	202.942	199.787
Certificados do Tesouro Nacional - ECTN (b)	38.910	34.938
Fundo Centralização Financeira (c)	48.498	64.481
Fundo Renda Fixa	1.848	1.702
	<u>292.197</u>	<u>300.908</u>
Ativo circulante	<u>(116.398)</u>	<u>(182.282)</u>
Realizável a longo prazo	<u>175.799</u>	<u>118.626</u>

Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a:

(a) Letras Financeiras do Tesouro

Referem-se a títulos do Tesouro Nacional atualizados pela taxa Selic, considerando o valor, prazo e época da aplicação, cuja remuneração é de, aproximadamente, 100% da taxa Selic.

(b) Certificados do Tesouro Nacional

Referem-se a títulos do Tesouro Nacional relativos às renegociações de operações de créditos assumidas de Cooperativas associadas, com valor de face equivalente ao valor da dívida, atualizados a taxa de 12% ao ano mais IGP-M, devidamente registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, cujos vencimentos serão em 2020.

(c) Fundo Centralização Financeira

Referem-se a aplicações no Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob originadas de excedentes de caixa da conta movimento da SICOOB SÃO PAULO e remuneradas por, aproximadamente, 95% do CDI.

Os demais títulos e valores mobiliários possuem remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, os títulos e valores mobiliários classificados como Realizável a longo prazo têm sua realização prevista a partir do exercício de 2019 (2016 - a partir do exercício de 2018), como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2018	-	60.072
2019	43.609	-
2020	<u>132.190</u>	<u>58.554</u>
	<u>175.799</u>	<u>118.626</u>

Os títulos e valores mobiliários que atendem o conceito de equivalentes de caixa foram assim considerados conforme Nota 3 acima.

6 Outros créditos

Modalidade	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamentos a funcionários	9	15
Depósitos judiciais	4.127	3.987
Adiantamento para futuro aumento capital em controlada	3.173	
Devedores diversos	<u>232</u>	<u>489</u>
	7.541	4.491
Ativo circulante	<u>(241)</u>	<u>(504)</u>
Realizável a longo prazo	<u>7.300</u>	<u>3.987</u>

(i) Refere-se a compra de 1.177.301 ações ordinárias e 378.826 ações preferenciais do Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob durante dezembro de 2017. Após a homologação pelo Banco Central do Brasil, o valor será integralizado como capital social do Bancoob e os saldos serão transferidos para Investimentos (Nota 8).

7 Outros valores e bens

Modalidade	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bens não de uso próprio - Imóvel	1.517	1.517
Despesas antecipadas	<u>-</u>	<u>6</u>
	1.517	1.523
Ativo circulante	<u>-</u>	<u>(6)</u>
Realizável a longo prazo	<u>1.517</u>	<u>1.517</u>

8 Investimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB	148.650	131.058
Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda. - SICOOB CONFEDERAÇÃO (i)	28.485	25.832
Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito - CONFEBRÁS	1	1
Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa-CNAC (ii)	214	200
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB CORRETORA (ii)	<u>12</u>	<u>12</u>
	<u>177.362</u>	<u>157.103</u>

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa recebeu o montante de R\$ 2.653 referente a sobras distribuídas pela Confederação Nacional das Cooperativas Sicoob Ltda., com imediata integralização de capital social (2016 – R\$ 2.269 referente a sobras distribuídas, das quais R\$ 446 com imediata integralização de capital social).

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa não efetuou aportes de capital na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (2016 – aportes de capital no montante de R\$ 185).

(iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa recebeu dividendos líquidos no montante de R\$ 83 da Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. – SICOOB CORRETORA (2016 – R\$ 3.630).

Banco Cooperativo do Brasil S/A – BANCOOB (Nota 18.1)

Modalidade	Qtd de ações	Valor
Saldo em 1º de janeiro de 2016	50.278	103.351
Aquisições de ações	12.546	23.941
Resultado de equivalência patrimonial		15.257
Dividendos recebidos		(11.491)
Saldo em 31 de dezembro 2016	62.824	131.058
Aquisições de ações	8.183	15.248
Resultado de equivalência patrimonial		17.593
Dividendos recebidos		(15.249)
Saldo em 31 de dezembro 2017	71.007	148.650

9 Imobilizado

Modalidade	2017			2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Imobilizações em curso	13		13	28	
Edificações	2500	(424)	2.076	2.176	4%
Instalações	12	(3)	9	4	10%
Móveis e equipamentos de uso	380	(136)	244	178	10%
Sistema de comunicação	61	(25)	36	24	10%
Sistema de processamento de dados	569	(454)	115	135	20%
Veículos	151	(23)	128		20%
	<u>3686</u>	<u>(1.065)</u>	<u>2.621</u>	<u>2.545</u>	

10 Intangível

Modalidade	2017			2016	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de amortização
Licença de uso de Sistema computacional	40	(34)	6	10	10%
Softwares	82	(82)	-	-	
	<u>122</u>	<u>(116)</u>	<u>6</u>	<u>10</u>	

11 Depósitos a prazo

11.1 Composição por prazo de vencimento

Vencimento em dias	2017	2016
Até 30	3.988.470	3.233.973
31 a 60	27.359	80.137
61 a 90	2.983	30.014
91 a 180	192.277	105.765
181 a 360	47.341	742.545
Acima 360	210	178.570
	<u>4.258.640</u>	<u>4.371.004</u>
Passivo circulante	<u>(4.258.430)</u>	<u>(4.192.434)</u>
Exigível a longo prazo	<u>210</u>	<u>178.570</u>

Os depósitos a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

11.2 Concentração de depósitos a prazo

	2017		2016	
	Valor	% do total	Valor	% do total
Maior depositante	1.930.809	45	1.858.708	43
Dois maiores depositantes	2.432.541	57	2.501.782	57
Dez maiores depositantes	3.986.576	94	4.110.080	94

12 Relações Interfinanceiras - Centralização financeira

Modalidade	2017	2016
Centralização financeira de cooperativas	141.378	145.404

A circular n° 3.238, de 17 de maio de 2004, emitida pelo Banco Central do Brasil, criou, no plano contábil das instituições financeiras - COSIF, desdobramentos de subgrupos e títulos contábeis a serem utilizados pelas cooperativas na contabilização dos valores oriundos do ato cooperativo denominado centralização financeira, cuja premissa é de registrar a transferência das sobras de caixa das cooperativas singulares para o SICCOB SÃO PAULO.

13 Outras Obrigações

Modalidade	2017		2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Sociais e Estatutárias				
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Nota 14.2)	4.760		5.356	
Gratificações a pagar	171		173	
Cotas de capital a pagar	198	595	356	793
	5.129	595	5.885	793
Fiscais e Previdenciárias				
Provisões tributárias (a)		12.089		11.707
Provisões trabalhistas e cíveis (b)				200
Impostos e contribuições a recolher	160		158	
	160	12.089	158	11.907
Diversas				
Provisão de férias, 13º salário e encargos	307		289	
Outras	129		78	
	436		367	
	5.724	12.684	6.410	12.700

(a) Ações tributárias

A Cooperativa está discutindo na esfera administrativa, autuações da Secretaria da Receita Federal referentes à incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, sobre os rendimentos financeiros obtidos das aplicações financeiras, e também quanto à majoração da alíquota da COFINS, para as quais possui parcialmente depósitos judiciais de R\$ 4.127 em 31 de dezembro de 2017 (2016 - R\$ 3.945). O período de apuração das autuações é de janeiro de 1999 a dezembro de 2002. Os saldos dos depósitos judiciais são corrigidos monetariamente.

Os assessores jurídicos da Cooperativa, com base no mérito e nas provas, entendem que toda movimentação financeira da cooperativa de crédito constituiu ato cooperativo, de modo que não há base de incidência dos tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Cabe observar que há decisões judiciais favoráveis a outras cooperativas de crédito, em processos similares, em relação a COFINS e ao PIS, assim como, decisões favoráveis, no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais "CARF", quanto a não incidência do IRPJ e CSLL em sociedades cooperativas.

Embora o cenário jurídico seja favorável à Cooperativa, os entendimentos jurídicos e por parte da Receita Federal do Brasil, ainda não foram pacificados. Portanto, em 31 de dezembro de 2017, a administração da Cooperativa optou em manter a provisão para contingências dos valores atualizados dos autos de infração de R\$ 12.089 (2016 - R\$ 11.707), julgadas suficientes para cobrir eventuais perdas das ações em trâmite.

(b) Ações trabalhistas e cíveis

Durante o segundo semestre de 2017, a Cooperativa teve ação judicial de natureza trabalhista julgada como favorável ao reclamante, com pagamento mediante recursos depositados judicialmente no montante de R\$ 44. Em virtude do desfecho do processo, a Cooperativa reverteu a provisão ora constituída no montante de R\$ 200.

14 Patrimônio líquido

14.1 Capital social

O capital social é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2017, o capital social era de R\$ 198.695 (2016 – R\$ 195.816). Cada cooperativa singular associada tem direito a um voto, independente do número de suas cotas na Cooperativa, exceto aquelas impedidas por desacordo estatutário.

No exercício de 2017, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 2.879, com recursos provenientes de aporte de capital das cooperativas singulares associadas (2016 – R\$ 4.613).

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Cooperativa contava com 16 associadas.

14.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o artigo nº 32 do estatuto social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida terá a seguinte destinação:

- Reserva Legal: constituída em montante equivalente a 15% das sobras do exercício.
- Reserva de Contingência: constituída em montante equivalente a 20% das sobras do exercício. O Fundo de Contingência ou Liquidez é indivisível entre as cooperativas singulares associadas e é destinado para cobertura de perdas decorrentes das atividades operacionais e não operacionais não previstas no orçamento anual.
- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES: constituído em montante equivalente a 5% das sobras do exercício. É destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa.

Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com não cooperados serão destinados à Reserva (fundo) de assistência técnica, educacional e social - RATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados; e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 21 de dezembro de 2017, foi proposta e aprovada a remuneração de juros sobre o capital integralizado de 80% da taxa anual da Selic, no montante de R\$ 15.772. Esse montante foi creditado na centralização financeira das singulares associadas em 29 de dezembro de 2017.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 15 de dezembro de 2016, foi proposta e aprovada a remuneração de juros sobre o capital integralizado de 57,15% da taxa anual da Selic, no montante de R\$ 15.093, esse montante foi creditado na centralização financeira das singulares associadas em 30 de dezembro de 2016.

De acordo com o artigo 26 do Estatuto Social da Cooperativa, o Conselho de Administração pode remunerar o capital integralizado pelas cooperativas singulares até o limite da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

14.3 Aprovação das destinações

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2016 e de 2015 foram aprovadas nas Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 28 de abril de 2017 e 29 de abril de 2016, respectivamente. As destinações estatutárias e destinação das sobras do exercício social de 2017 serão submetidas à aprovação em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2018.

15 Dispêndios administrativos

	<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Processamento de dados	44	87	58
Propaganda, publicidade, promoções e seguros	343	744	259
Serviços técnicos especializados	149	150	113
Vigilância e segurança	137	276	246
Despesas de comunicações	49	93	90
Despesas com sistema cooperativista	422	959	1.110
Outras despesas administrativas	331	653	654
	<u>1.476</u>	<u>2.963</u>	<u>2.530</u>

16 Outros ingressos operacionais

	<u>Segundo semestre</u>	<u>Exercícios findos em 31 de dezembro</u>	
	<u>2017</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Distribuição de sobras do SICOOB CONFEDERAÇÃO (Nota 8)		2.653	2.269
Atualização monetária de depósito judicial	75	180	77
Dividendos recebidos da SICOOB CORRETORA		83	3.630
Comissões recebidas da Sicoob Corretora	4	9	
Centro de Serviços Compartilhados - CSC	289	289	
Reembolsos Programa SIPAG	23	23	
Remuneração do capital social junto a CNAC		14	
Reversão de provisão para contingências	200	200	
Recuperação de encargos e despesas	8	70	113
	<u>599</u>	<u>3.521</u>	<u>6.089</u>

17 Outros dispêndios operacionais

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2017	2017	2016
Correção provisões passivas	160	382	572
Contrib. Fundo Tec. da Informação (i)	2.326	4.650	4.566
Contrib. Fundo Gestão Bens não de uso (ii)			1.824
Outras Contribuições - CNAC			42
Juros ao Capital	15.772	15.772	15.093
Perdas com ações Judiciais Trabalhistas	44	44	1
Outros dispêndios Operacionais		65	
	<u>18.302</u>	<u>20.913</u>	<u>22.098</u>

(i) Referem-se à arrecadação mensal das cooperativas filiadas que utilizam o Sisbr, tendo como base o número de transações realizadas no mesmo. São destinadas ao Fundo para Investimentos do SICOOB, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária do Sicoob Confederação de 9 de dezembro de 2015. Os recursos financeiros arrecadados são destinados ao pagamento de investimentos em tecnologia elegíveis a integrar o ativo imobilizado e o ativo intangível do Sicoob Confederação. O prazo de duração do Fundo é indeterminado e sua liquidação deverá ser deliberada por Assembleia Geral.

(ii) Referem-se a contribuições das cooperativas centrais filiadas ao Sicoob Confederação, realizadas em uma única parcela, na proporção correspondente ao número de pontos de atendimento de cada Sistema Local, que utilizavam e participavam do rateio da taxa de manutenção do Sistema de Informática do Sicoob (Sisbr) em 31 de dezembro de 2015. São destinadas ao Fundo de Gestão de Bens Não de Uso Próprio criado na 14ª Assembleia Geral Ordinária do Sicoob Confederação, realizada em 9 de março de 2016. O prazo de duração do Fundo era de cinco anos, contado a partir de 1º de abril de 2016, e quando da sua liquidação, as contribuições iniciais serão devolvidas às cooperativas centrais filiadas participantes. Em 15 de março de 2017, o Sicoob Confederação atualizou, através da Resolução 191, o regulamento do Fundo, passando o prazo de duração para quinze anos e sua liquidação antecipada deverá ser deliberada por Assembleia Geral.

18 Partes relacionadas

18.1 Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob

O Bancoob é um banco comercial privado especializado no atendimento às cooperativas de crédito, cujo controle acionário pertence a entidades filiadas ao Sicoob Confederação.

A Cooperativa mantém saldos de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários junto ao Bancoob, nos termos que estariam disponíveis para terceiros.

Conforme acordo de acionistas majoritários e controladores do Bancoob, celebrado em 6 de dezembro de 2011 e 1º Termo Aditivo ao acordo de acionistas majoritários celebrado em 10 de fevereiro de 2015, o SICOOB SÃO PAULO, junto a outras 6 cooperativas centrais de crédito (detentoras de 72,37% das ações ordinárias do Bancoob), controlam em conjunto o Bancoob e se comprometem a votar em bloco, de forma uniforme e permanente, em todas as matérias de competência da Assembleia (Geral e Especial), eleger a maioria dos administradores e usar efetivamente seu poder de controle comum para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do Bancoob.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(i) Principais saldos		
Ativo		
Circulante		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.179.201	4.205.001
Títulos e valores mobiliários	48.498	64.481
Realizável a longo prazo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	210	105.892
Outros créditos (Nota 6)	3.173	
Investimentos (Nota 8)	148.650	131.058
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	427.632	512.215
Títulos e valores mobiliários	4.909	7.230
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	17.593	15.257
Outros ingressos operacionais	23	

18.2 Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação

O Sicoob Confederação é uma cooperativa de terceiro grau, segundo a legislação cooperativista e, como instituição, possui personalidade jurídica própria.

Foi constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Centrais Sicoob e possui a finalidade de defender os interesses das cooperativas representadas, ofertar serviços, promover a padronização, supervisão e integração operacional, financeira, normativa e tecnológica.

	2017	2016
(i) Principais saldos		
Ativo		
Não Circulante		
Investimentos (Nota 8)	28.485	25.832
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (Nota 16)	2.653	2.269
Dispêndios		
Rateio de dispêndios do Sicoob Confederação (a)	851	1.057
Taxa de manutenção mensal do SISBR		32
Contrib. fundo tec. da Informação (Nota 17)	4.650	4.566
Contrib. fundo gestão bens não de uso (Nota 17)		1.824

(a) Rateios de dispêndios do Sicoob Confederação

Em 14 de dezembro de 2016, o Sicoob Confederação através da Resolução 179, instituiu a Política de Rateio de Despesas do Sicoob Confederação, com início de vigência para 1º de janeiro de 2017. De acordo com a política, as despesas a serem rateadas são classificadas em: a) tecnologia: contempla as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, processamento de dados, pessoal terceirizado, comunicação, serviços técnicos, segurança e outras despesas; b) demais áreas: contempla as despesas de depreciação e amortização, despesas com pessoal, administrativas, aluguéis e condomínios, comunicação, serviços técnicos e outras despesas.

18.3 Cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau

O SICOOB SÃO PAULO possui transações com partes relacionadas, compreendendo as cooperativas singulares ou cooperativas de primeiro grau, cujo objeto social é o de proporcionar assistência financeira aos associados, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias das cooperativas de crédito. São 16 cooperativas singulares filiadas ao SICOOB SÃO PAULO.

As cooperativas de crédito singulares do SICOOB SÃO PAULO são instituições financeiras resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos específicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e, portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(i) Principais saldos		
Passivo		
Circulante		
Depósitos a prazo (Nota 11)	4.258.430	4.192.434
Relações interfinanceiras (Nota 12)	141.378	145.404
Não Circulante		
Depósitos a prazo (Nota 11)	210	178.570
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Centro de Serviços Compartilhados - CSC (Nota 16)	289	
Dispêndios		
Dispêndios com depósitos a prazo	432.155	500.033
Dispêndios de depósitos intercooperativos	12.019	26.639

18.4 Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB CORRETORA

A Sicoob Administradora e Corretora de Seguros Ltda. - SICOOB CORRETORA é uma sociedade empresária de responsabilidade limitada, constituída pelas cooperativas centrais do Sistema - Sicoob.

Possui a finalidade de prestar serviços de administração e corretagens de seguros em geral, bem como, serviços afins e correlatos.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(i) Principais saldos		
Ativo		
Não Circulante		
Investimentos (Nota 8)	12	12
(ii) Principais operações		
Resultado		
Ingressos		
Outros ingressos operacionais (Nota 16)	92	3.630

18.5 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da Diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício de 2017, montaram a R\$ 456 (2016 - R\$ 419).

19 Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, depósitos judiciais, depósitos a prazo, empréstimos e repasses.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20 Gerenciamento de riscos

20.1 Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

20.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9º da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8º da Resolução CMN 4.090/2012, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação, desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. – Bancoob, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB SÃO PAULO possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

20.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB SÃO PAULO possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB SÃO PAULO objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB SÃO PAULO aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- (a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- (b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- (c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

22 Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Cooperativa não é avalista de suas associadas em transações junto ao Banco Cooperativo do Brasil S.A. - Bancoob.

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de veículos de propriedade da Cooperativa e seguro empresarial para cobrir eventuais sinistros relacionados ao imóvel no qual a Cooperativa está instalada.

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante máximo da cobertura</u>
Veículos	Colisão, incêndio, roubo, danos materiais, corporais, morte e invalidez	143
Imóvel	Incêndio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos e outros	3.027



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e às Associadas
Cooperativa Central de Crédito do Estado
de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir,

intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

· Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

· Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

· Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

· Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 19 de fevereiro de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"



Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB SÃO PAULO, com sede à Avenida Costábile Romano, 1.271, Ribeirão Preto, SP, inscrita no CNPJ 63.917.579/0001-71, no desempenho de suas funções definidas na legislação, no Estatuto Social e Regimento Interno vigentes, procederam ao exame e análises do Balanço Patrimonial, Demonstração das Sobras, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, levantadas em 31 de dezembro de 2017, bem como, as respectivas notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes emitido em 19 de fevereiro de 2018.

O Conselho Fiscal opina no sentido de ordem legal, favoravelmente pela aprovação das referidas demonstrações contábeis em 31 dezembro de 2017, de modo a estarem em condições de serem submetidas para aprovação das singulares associadas, em Assembleia Geral.

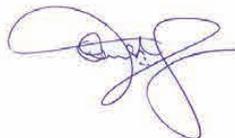
Ribeirão Preto, 06 de março de 2018.



Ednéia Aparecida Vieira Brentini de Almeida
Sicoob Credicopec - Franca/SP



Jacob Tosello Júnior
Sicoob Credivale - Presidente Prudente/SP



Osvaldo Pereira Caproni
Sicoob Credlíder - Votuporanga/SP

QUADRO SOCIAL

Sicoob Cecres

Cooperativa de Crédito Cecres - Sicoob Cecres
Av. Ipiranga, 324 - 3º/15º andar, Bloco C - São Paulo/SP
Tel: (11) 2192-9111 | www.cecres.com.br

Sicoob Cocre

Cooperativa de Crédito Cocre
Av. Comendador Luciano Guidotti, 1937 - Piracicaba/SP
Tel: (19) 3052-9900 | www.cocre.com.br

Sicoob Cocrealpa

Cooperativa de Crédito Livre Admissão da Alta Paulista
- Sicoob Cocrealpa
Al. Dr. Armando Salles de Oliveira, 446, Adamantina/SP
Tel: (18) 3502-2050 | www.sicoobcocrealpa.com.br

Sicoob Cocred

Sicoob Cocred - Cooperativa de Crédito
Rua Doutor Pio Dufles, 130 - Sertãozinho/SP
Tel: (16) 3946-3350
www.sicoobcocred.com.br

Sicoob Coocrelivre

Cooperativa de Crédito Coocrelivre
Rua Um, 518 - Pisor superior - Centro - Orlandia/SP
Tel: (16) 3820-6500 | www.coocrelivre.com.br

Sicoob Coopcred

Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana e
Agropecuáristas da Região Oeste Paulista - Sicoob
Coopcred - Praça da Bandeira, 30 - Valparaíso/SP
Tel: (18) 3401-1982 | www.coopcred.com.br

Sicoob Coopcredi

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região de Guariba
Av. Antonio Albino, 1640 - Guariba/SP
Tel: (16) 3251-9700 | www.coopcredi.com.br

Sicoob Cooplivre

Cooperativa de Crédito Cooplivre
Rua XV de Novembro, 580 - Capivari/SP
Tel: (19) 3492-9444 | www.cooplivre.com.br

Sicoob Crediceripa

Cooperativa de Crédito Crediceripa - Sicoob Crediceripa
Rua Salvador de Freitas, 1243 - Itai/SP
Tel: (14) 3761-9393 | www.crediceripa.com.br

Sicoob Credicitrus

Cooperativa de Crédito Credicitrus
Rua Prudente de Moraes, 534 - Bebedouro/SP
Tel: (17) 3345-9000 | www.credicitrus.com.br

Sicoob Credicoapec

Cooperativa de Crédito Livre Admissão da Alta Mogiana
Av. Wilson Sábio de Mello, 3100 - Dist. Industrial - Franca/SP
Tel: (16) 3712-6600
www.credicoapec.com.br

Sicoob Credicoonai

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão - Sicoob
Credicoonai
Av. Francisco Junqueira, 1889 - Ribeirão Preto/SP
Tel: (16) 3636-3240 | www.credicoonai.com.br

Sicoob Crediguaçu

Cooperativa de Crédito Crediguaçu - Sicoob Crediguaçu
Rua Conselheiro Antônio Prado, 544 - Descalvado/SP
Tel: (19) 3593-9797 | www.crediguacu.com.br

Sicoob Credimota

Cooperativa de Crédito Credimota - Sicoob Credimota
Rua Henrique Vasques, 262 - Cândido Mota/SP
Tel: (18) 3341-9190
www.sicoobcredimota.com.br

Sicoob Credivale

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do
Parapanema
Rua Reverendo Coriolano, 2004, Presidente Prudente/SP
Tel: (18) 3902-3800 | www.credivale.org.br

Sicoob Credlíder

Cooperativa de Crédito Credlíder - Sicoob Credlíder
Rua São Paulo, 3069 - Votuporanga/SP
Tel: (17) 3426-5510 | www.credlider.coop.br



 **SICOOBSP**